

ATA DE REUNIÃO

1. Identificação da Reunião

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
05/08/2011	Início: 9:20	Término:	Plenário do CNJ	Dr. Marivlado

2. Objetivo

Apresentação da maturidade de Governança de TI e dos Portes dos Tribunais.

3. Participantes

Nome	Cargo	Tribunal	Ramal	Email
Fernando Brant	Desembargador	TJMG	(31)99847223	Gab.fernandobrant@tjmg.jus.br
Marivaldo Dantas de Araújo	Juiz Auxiliar	CNJ	(61)23264740	Marivaldo.araujo@cnj.jus.br
Ferdinando Marco Gomes Serejo	Juiz de Direito	TJMA	(98)99931550	ferdinandoserejo@gmail.com
Jose Alexandre Franco	Juiz de Direito	TRF1	(61)33145194	Alexandre.franco@trf1.jus.br
Helena Elias Pinto	Juíza de Direito	TRF2	(21)98010767	helena@ifrj.jus.br
Aureliano Amorim	Juiz de Direito	TJGO	(62)91342025	Aureliano@cultura.com.br
Declieux Dias Dantas	Diretor do DTI	CNJ	(61)23265318	Declieux.dantas@cnj.jus.br
Claudio Feijó	Secretário de TI	CSJT	(61)30434707	Feijo@tst.jus.br
Euler Prado Rocha	Secretário de TI	TRT 20	(78)88053336	euler@trt20.jus.br
Fábio Salame	Secretário de TI	TJPA	(91)92331122	fabio.salame@tjpa.jus.br
Maurizio Petagna	Assessor da Presidência	TRF 3	(11)30121483	mpetagna@trf3.jus.br
Francisco Ricardo de Gois Lima	Secretário de TI	STJ	(61)33199010	Chico@stj.jus.br
Giuseppe Dutra Janino	Secretário de TI	TSE	(61)33163369	giusepejanino@ts.jus.br
Leonardo Alam	Secretário de TI	STM	(61)33139251	lalam@stm.jus.br
George Silva	Secretário de TI	TRT 12	(48)88343802	George.silva@trt12.jus.br
Lúcio Melre da Silva	Secretário de TI	STF	(61)32173410	Lucio.melre@stf.jus.br
Luís Felipe Schneider	Secretário de TI	TJRS	(51)81632333	lfelipe@tjrs.jus.br
Vicente Fernandes Tino	Secretário de TI	TRT 11	(92)88088808	Vicente.tipo@trt11.jus.br
Wilson Nogueira de Aquino	Secretário de TI	CJF	(61)30227400	Wilson.aquino@cnj.jus.br
José de Alencar Pereira Neto	Consultor TI	TJMT	(81)99719858	Jose.alencar@agorax.com.br
Carlos Marayc Campelo	Secretário de TI	TJMT	(65)84227758	Carlos.campelo@tj.mt.gov.br
Antônio Francisco M. Rolla	Secretário de TI	TJMG	(31)32376366	antoniofmr@tjmg.jus.br
Fernando Moreira de Sousa	Assessor de TI	TJMG	(31)88272686	Fernando.moreira@tjmg.jus.br

Nome	Cargo	Tribunal	Ramal	Email
Denise Martins Moura Silva	Secretaria TI	TJSE	(79)32263341	Denise@tjse.jus.br
Gustavo Barreto	Secretario TI	TJRJ	(21)32189780	Gustavo.barreto@trj.jus.br
Humberto Xavier	SubSecretário de INFRA	TRF 1	(61)33145250	Humberto.xavier@trf1.jus.br
Olívio F. Balbino	Assessor do DTI	CNJ	(61)23265334	Olívio.balbino@cnj.jus.br

4. Discussão da pauta

Descrição / Decisão
<p>1. Abertura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Início às 9:25 – Dr. Marivaldo; • Dr. Marivaldo expõe esclarecimentos iniciais sobre a pauta; • Dr. Marivaldo informa que a Resolução 136 incorporou as alterações da Resolução 90 que foram propostas pelo Comitê à Comissão de Gestão de TIC; • Apresentações • Dr. Marivaldo passa palavra ao Olívio para apresentação do primeiro item da pauta.
<p>2. Governança de TI</p> <ul style="list-style-type: none"> • Olívio apresenta o resultado do estudo de maturidade Governança de TI (GTI); • O resultado foi montado com base nas questões sobre GTI do Questionário de TIC do CNJ; • Finaliza apresentação – aberta discussão sobre tema; • Dr. Marivaldo informa que é uma análise inicial na avaliação de GTI. Diz que alguns resultados fogem ao senso comum e questiona o nível de entendimento das perguntas por parte de quem respondeu; • Denise (TJSE) informa que teve dificuldade na resposta do questionário de governança, pois achava que era possível marcar mais de uma resposta por pergunta; • Foi proposto a criação de um glossário para preenchimento do questionário de TIC do CNJ; • Wilson (CJF) cita que é possível que o resultado tenha sido divergente, já que não se pediu evidências; • Melre (STF) propõe, além da criação de glossário, a construção do Workshop, que explicasse sobre COBIT; • Dr. Marivaldo alerta sobre responsabilidade na hora de responder o Questionário de TIC. Isso não pode ser delegado a qualquer pessoa do staff. Ele deve ser respondido por pessoas que tem conhecimento de cada matéria; • Euler (TRT20) cita que o grande desafio é a formação da cultura de que a GTI é importante e é uma ferramenta apropriada para vencer os desafios atuais. Tem-se que tomar alguma medida para fomentar o assunto, no sentido a aumentar a conscientização dos membros da TI e da alta direção sobre a importância na Governança de TI;

Descrição / Decisão
<ul style="list-style-type: none">• Melre se coloca a disposição para ajudar na fomentação da GTI no Judiciário Federal;• Giuseppe corrobora a que a análise de maturidade deve ser feita por pessoas com conhecimento na área de GTI, para que seja efetiva e balizadora de uma melhoria contínua;• Giuseppe reforça que ações colaborativas são fundamentais para implantação de governança aproveitando-se as competências já existentes nos Tribunais;• Olívio retoma a palavra. Apresenta levantamento da experiência junto ao Ministério do Planejamento; Apresenta proposta de Governança Colaborativa e CoCriação;• Olívio Finaliza a apresentação.
<ul style="list-style-type: none">• Dr. Marivaldo informa que o Cadastro Nacional de Tutores é de âmbito nacional e já está implantado;• Dr. Marivaldo coloca proposta de criação de portal de colaboração, utilizando-se a ferramenta Redmine, e coordenação sobre ações para fomentação da GTI pelo próprio Comitê Nacional de TIC;• Fabio Salame (TJPA) pergunta se as ações referentes à organização da colaboração em GTI seriam normatizadas através de Resoluções;• Dr. Marivaldo diz que a criação de novas Resoluções não seria adequado nesse momento. Ele diz que a colaboração deve ser espontânea;• Luiz Felipe (TJRS): reforça colocações em reuniões anteriores, onde dizia que a Contratação de consultoria para implantação de GTI deveria ser feita em níveis básicos. Apresentou preocupação de que o resultado prático final na linha colaborativa poderia não chegar a resultados efetivos se não houvesse uma força tarefa dedicada para esse fim;• Dr. José Alexandre (TRF1) coloca preocupação com relação a ações concorrenciais: como desenvolver ações de GTI sem que haja concorrência com outras ações locais, em cada Tribunal?• Dr. Marivaldo coloca que a implantação de GTI não é mais uma opção de entes federais, já que o TCU já decidiu em acórdãos que isso é uma obrigação;• Dr. Marivaldo coloca que é necessário criar um artifício (criação de manuais ou através de treinamento) para traduzir a Governança em uma linguagem simples para magistrados e outras autoridades e servidores que realizam administração no judiciário;• Declieux informa que boa parte dos Consultores de GTI da SLTI (MPOG) estão alocados nos Ministérios e outros órgãos do Executivo em processo de implantação de governança de TI. Por esse motivo teríamos dificuldade na utilização dos serviços oferecidos pela aquela Secretaria, apesar de estarem bem abertos para trocas de informações. Declieux entende que a formação do Banco de Tutores seria o caminho mais indicado para o Judiciário, no processo de implantação de GTI;• Declieux propõe formação de grupo dentro do Comitê de TI para coordenar trabalhos (ações) sobre o tema GTI;• Declieux informa que o TCU utiliza como ferramenta norteadora as Resoluções 90

Descrição / Decisão
<p>e 99 nas auditorias ainda que nas auditorias aos Tribunais;</p> <ul style="list-style-type: none">• Antônio (TJMG) propõe a criação de um modelo de maturidade para nivelamento de GTI no Judiciário, sendo um foco (meta) nas ações colaborativas;• Foi proposto que fosse resgatado junto a SLTI (MPOG), SEFTI (TCU) e CJF/TST material sobre capacitação e modelo de maturidade mínimo para nivelamento do Judiciário em GTI;• Wilson (CJF): deve-se construir modelo para execução da proposta de colaboração para implantação de GTI, com patrocinador forte – alta direção;• Colocou-se proposta para criação de escritório de governança nacional, como primeiro passo;• Melre cita: para que a proposta do Olívio de criação de comunidade prática virtual deve-se nomear um Moderador, para que esse incentive a participação dos colegas. Criada tal comunidade, essa deverá propor ações para que sejam aprovadas no Comitê de TI;• Fora proposto a criação de certificações para servidores dos Tribunais, com foco nas metas dos órgãos;• Giuseppe: como sair da vontade para a prática? Necessidade da sensibilização da alta direção; a GTI tem que ser colocada como prioridade em cada Órgão; Identificar pontos fracos para nortear as ações; Estabelecer as competências no grupo; Há que se ter liderança no grupo para se ter pontos de controles; Organizar escopo para sair com planos de ação;• Sugeriu-se aspecto prático: não há cultura; deve-se definir que tipo índice de maturidade deve-se atingir – modelo de avaliação de maturidade;• Chico (STJ): sugere os próximos passos: -identifica-se pontos pretendidos como meta, edita-se resolução (ou outro tipo de normatização) e grupo trabalha com foco nas metas propostas até conseguir êxitos; Importante galgar metas degrau a degrau;• Dr. Marivaldo indica criação de grupo para propor Plano de Atuação para implantação de GTI, para que na próxima reunião apresente-se a linha de ação. Grupo formado por Melre, Giuseppe, Olívio, Luiz Felipe (TJRS) e Denise (TJSE). As sugestões sobre formação do Plano de Atuação devem ser enviadas para o Olívio.• Olívio ficou de marcar primeira reunião do grupo citado.
<ul style="list-style-type: none">• Dr. Marivaldo inicia apresentação dos resultados dos Portes dos Tribunais em TIC• Dr. Marivaldo informa que os cálculos de porte já tinham sido feitos, mas não se divulgou até então.• Dr. Marivaldo informa que o resultado dos portes vai ser apresentado ao Ministro Presidente do CNJ e, por sua vez, aos Tribunais;• Denise sugere revisão nos critérios para formação de portes, focando no na quantidade de processos do sistema eletrônico;• Dr. Marivaldo informa que é contra usar processo em andamento como critério, já que contribui para o processo não finalizar;• Dr. Marivaldo informa a preocupação de que se mudar a forma de avaliação de

Descrição / Decisão
<p>porte pode se perder a base histórica evolutiva;</p> <ul style="list-style-type: none">• Finaliza a apresentação;• Dr. Marivaldo informa que os dados serão publicados no Site do CNJ;• Provavelmente o resultado será enviado ao TCU e SOF também;
<ul style="list-style-type: none">• Sugere-se inclusão de proposta de encaminhamento junto ao relatório de portes enviado aos Tribunais, pelo menos deixar claro quando os dados serão colhidos novamente;• Dr. Marivaldo cita que as obrigações que norteiam o resultado dos portes já estão previstas na Resolução 90;• Dr. Marivaldo coloca preocupação de validar os critérios de avaliação dos portes, principalmente sobre tamanho de efetivo de informática;• Dr. Marivaldo propõe perguntar ao Ministério do Planejamento (SLTI) e a TCU se podem ajudar no tema da validade do porte de efetivo de TIC, verificar se o critério usado é adequado;• Giuseppe propõe formação de Consultores e Auditores (de forma colaborativa) para fazer avaliação da adequabilidade dos critérios de porte;• Dr. Marivaldo questiona ao grupo se concordam em pedir apoio ao TCU e ao MPOG para avaliação da adequabilidade dos critérios de porte;• José Alexandre acha prematura a idéia de reavaliar as métricas da Resolução 90; Sua opinião é que tais avaliações fossem amadurecidas em outras reuniões do Comitê;• Outros concordam com opinião de José Alexandre;• Dr. Marivaldo conclui: os dados serão publicados e serão objeto avaliação de todos. Será um dado público. Propõem em continuar avaliação da adequação dos critérios para avaliação dos portes, internamente;• José Alexandre concorda na avaliação dos resultados, mas em âmbito interno, no âmbito do CNJ;• Melre falou que o que está acontecendo já havia sido discutido anteriormente. Os critérios não são aleatórios, foi muito discutido;• Dr. Marivaldo conclui que a colocação do Alexandre é unânime: o resultado deve ser avaliado dentro do Judiciário: “vamos analisar e reforçar os critérios adotados”;• Dr. Marivaldo propões a criação de um grupo, com integrantes antigos e atuais, para avaliar e verificar se os resultados são coerentes;• Dr. Marivaldo resume a discussão do último ponto da pauta : 1. Providências sobre ofício do Min. Peluso encaminhado os resultados, informando que o acesso ao questionário completo está sendo fornecido aos Secretários de TI, eletronicamente; 2. Providências para juntar o relatório à Resolução 90; 3. Criação de grupo para verificar se os resultados são coerentes;• Data da próxima reunião (não presencial) será informada por e-mail.

5. Fechamento da ata

Data	Nome do relator	Assinatura
16/08/2011	Francisco Gonçalves de Araújo Filho	